

*** Análise da execução das medidas socioeducativas de
meninas adolescentes, em privação de liberdade ***

2019-2020

Relatório por cidades

São Paulo/SP

Rosimere de Souza

Março, 2021

Realização:

ibom
instituto brasileiro de
administração municipal

Apoio:

CONANDA
Conselho Nacional dos Direitos
da Criança e do Adolescente

Patrocínio:

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



**Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes,
em privação de liberdade**

Relatório por cidades – BELÉM/PA

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damara Regina Alves

Secretária Executiva

Tatiana Alvarenga

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maurício José Silva Cunha

Diretoria de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Leolina Couto Cunha

Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Giselle da Silva Cyrillo



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendente Geral

Paulo Timm

Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre C. de Albuquerque Santos

Coordenação Técnica

Rosimere de Souza

Equipe técnica

Louise Storni

Herculis Toledo

Juliana Leite

Equipe de Apoio

Roberta Cordeiro

Flávia Lopes

Virginia Letice

Ewerton Antunes

Ana Carolina de Souza

Pesquisadores

Gustavo Ferreira (Belém)

Pedro Figueiredo (Fortaleza)

Liza Santos (Goiânia)

Adrianna Cristina Lopes Setemy (Curitiba)

Hannah Zuquim (Brasília)

Betina Warmling (Porto Alegre)

José Fernando da Silva (Recife)

Sarah Nunes Farhat (Rio Branco)

Nathalí Estevez Grillo (São Paulo)

Especialistas que realizaram análises

Claudio Augusto Vieira (Psicólogo)

Jalusa Silva de Arruda (advogado)

Marcio Farias (Psicólogo)

Nathalí Estevez Grillo (Psicóloga)

Pedro Pereira (advogado)



Documentos relacionados à esta pesquisa, disponíveis na biblioteca virtual do IBAM:

- Relatório Executivo – Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais dos projetos político pedagógicos em 10 cidades brasileiras, em adequação com as diretrizes do SINASE.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais de referência no sistema de segurança, acerca do atendimento às adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com delegados, promotores de justiça, defensores públicos e juízes da infância acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com gestores(as) dos sistemas e dos centros socioeducativos estaduais e distrital, acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise dos resultados dos grupos focais e das entrevistas, realizados respectivamente com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas/seus familiares acerca do atendimento socioeducativo, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise do conteúdo das rodas de conversa, realizadas com as equipes de atendimento às adolescentes em privação de liberdade nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Belém (Pará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Brasília (Distrito Federal).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Curitiba (Paraná).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Fortaleza (Ceará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Goiânia (Goiás).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Recife (Pernambuco).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio Branco (Acre).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de São Paulo (São Paulo).
- Guia de reflexões e recomendações para o atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO	7
2. PERCEPÇÕES DAS/OS ENTREVISTADAS/OS SOBRE A GESTÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVA	12
3. PERFIL DAS ADOLESCENTES DO CENTRO/UNIDADE SOCIOEDUCATIVO.....	15
4. COTIDIANO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO.....	18
5. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA).....	25
6. PERCEPÇÕES SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO.....	27
7. LISTA DE DOCUMENTOS LEVANTADOS NA CIDADE.....	31
8. SISTEMATIZAÇÃO RESUMIDA DAS DIMENSÕES DA PESQUISA.....	32



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta dimensões e aspectos do atendimento socioeducativo realizado junto às adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional no estado, com ênfase nas ações desenvolvidas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina.

O estado integra o campo da pesquisa, realizada no período de 2019 e 2021 em 10 (dez) cidades brasileiras com os maiores percentuais de meninas em cumprimento de medida privativa de liberdade: Belém (Pará), Rio Branco (Acre), Recife (Pernambuco), Fortaleza (Ceará), Brasília (Distrito Federal), Goiânia (Goiás), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo), Curitiba (Paraná) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

Estas cidades foram selecionadas com base nos dados de 2014 e 2015 sistematizados pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério (SNDCA/MMFDH), no Levantamento do atendimento socioeducativo no Brasil, onde as meninas representavam entre 5% e 4% do universo de adolescentes.

Dados mais atualizados da SNDCA mostram que entre os 143.316 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil no ano de 2017, 82% estavam em medidas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade ou em liberdade assistida) e 18% em privação de liberdade (semiliberdade, internação e internação provisória). Neste universo as meninas representavam 11,18% em meio aberto e 4,05% em privação de liberdade.

Mesmo sendo uma porcentagem menor comparada aos meninos, a representatividade feminina constitui um desafio neste cenário socioeducativo, pensado historicamente sob uma ótica masculina e direcionado para o atendimento aos meninos.

Assim, buscou-se nesta pesquisa conhecer os elementos que caracterizam o atendimento às meninas em sua passagem pelo sistema de administração da justiça juvenil até - desde o momento da apreensão e apuração da autoria do ato infracional -, até a execução das medidas nos Centros Socioeducativos de Internação, a partir da percepção dos participantes da pesquisa e de fontes documentais, com vistas a identificar insumos que possam contribuir para o aprimoramento dos instrumentos utilizados e, por conseguinte a atenção dada a este grupo.

Alguns resultados aqui apresentados certamente já foram observados em pesquisas anteriores. Mas as conclusões as quais se chegou podem colaborar para os debates sobre o tema, a organização e o aprimoramento da política de atendimento socioeducativo no estado e o desenvolvimento de novos estudos.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO

UF	São Paulo
Nome da Cidade	São Paulo
Entidade de vinculação	Fundação CASA
Nome do Centro Socioeducativo	Centro Socioeducativo Parada de Taipas Centro Socioeducativo Chiquinha Gonzaga

Participaram da pesquisa em São Paulo 48 pessoas: 10 entre representantes dos órgãos do SINASE, 36 adolescentes e 3 (três) entre os seus responsáveis/familiares que foram escutados por meio de entrevistas, rodas de conversa e grupos focais.

Agentes Públicos

Quadro 1 – Órgãos do SINASE do estado de São Paulo representados na pesquisa

1. Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo Gestão do Socioeducativo Estadual Presidência da Fundação CASA
2. Departamento de Polícia Judiciária da Capital Polícia Civil do Estado de São Paulo (DECAP)
3. Ministério Público do Estado de São Paulo
4. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ)
5. Defensoria Pública do Estado de São Paulo Unidade da Infância e Juventude (de execução - DEIJ).
6. Centro de Atendimento Socioeducativo (CASA) Chiquinha Gonzaga
7. Centro de Atendimento Socioeducativo (CASA) Feminina Parada de Taipas

Uma breve análise dos dados sobre a identificação dos participantes da pesquisa que representam o SINASE revela que, 80% eram mulheres e 20% homens. A grande maioria se autodeclarou branca (80%). Metade dos participantes está há menos de cinco (5) anos atuando no socioeducativo e somente os representantes da autoridade policial e do judiciário estão a mais de cinco (5) anos na ativa.

Na época da pesquisa, não havia delegacia especializada para atendimento às situações relacionadas às crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Com isso, quando apreendidas por suspeita de cometimento de ato infracional, as adolescentes eram levadas para qualquer delegacia distrital. Por esta razão entrevistou-se uma delegada de polícia civil do Estado de São Paulo, privilegiando-se ao menos o fato de ser uma mulher nesta posição.



Mas esta ausência de uma estrutura especializada é um indicador da prioridade dada pelo estado ao atendimento à criança e ao adolescente, tendo em vista a existência de um conjunto de princípios, diretrizes e regras que orientam o atendimento a este segmento populacional, particularmente quando o adolescente é suspeito de prática de ato infracional. A falta de conhecimento destas normas por parte da autoridade policial, coloca em risco os direitos fundamentais garantidos aos adolescentes em tais circunstâncias, notadamente as meninas.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo não se pronunciou em relação às tentativas de entrevistas e não participou da pesquisa.

Familiares

Em São Paulo foram entrevistadas duas mulheres mãe e avó de duas adolescentes respectivamente. Uma branca outra parda.

A mãe da adolescente estava com uma necessidade grande de falar e ser escutada. Quis contar detalhes sobre como se deu o ato infracional da filha de maneira bastante emocionada, bem como trouxe bastante sobre sua própria história de vida.

Falou muito sobre diversas negligências e violências a que esteve exposta quando criança e falou muito sobre o conselho tutelar, em relação a sua filha, que em sua análise foi responsável pela situação em que se encontravam. Em todos os momentos que falava deste órgão, chorava.

Toda a história que contou é marcada por muitas violações de direitos que encontram como mote o sexismo presente na sociedade: tanto em relação à conduta do conselho tutelar com ela, como em relação ao ato infracional da filha.

Visita a filha sempre que pode: ficou apenas dois domingos sem visitá-la; que conversam sempre sobre as mesmas coisas e que ela tenta apoiar a filha como pode; diz que nunca vai abandoná-la e tenta aconselhá-la e dar suporte a ela. Não é permitido levar nada para a adolescente, apenas a presença.

Fala que a filha estuda, faz diversos cursos e frequenta a igreja. Diz que o que ela não teve lá fora de bom, na Fundação CASA ela está tendo. Informa que ela passou de ano, está sendo tratada e indo ao médico. Compreende que a filha não é maltratada, embora ela sempre diga à mãe que ali dentro é muito ruim.

Sobre a avaliação da medida disse que participou de uma reunião no começo com várias pessoas que parece ter sido a elaboração do PIA, mas não soube informar os objetivos estabelecidos neste instrumental.

Não sabe quanto tempo mais a filha ficará lá e que “está na mão de Deus”. Conta que foi um choque quando descobriu que sua filha havia sido apreendida, ficou bastante depressiva no



começo. Depois disse que foi se acostumando ao ver a filha “bem cuidada, gordinha, com a mente diferente”.

Sobre a pergunta “o que acha que levou sua filha a cometer o ato infracional” contou detalhes da situação em que envolveu o ato infracional da adolescente. A história é bastante confusa, mas o que chama mais a atenção é a negligência e a violência e o manejo ruim com que o conselho tutelar interveio na vida desta família.

Conta também do envolvimento que a filha teve com um homem mais velho ligado ao comércio ilegal de drogas que culminou no Boletim de Ocorrência ao qual ela responde; do uso abusivo que a filha estava fazendo de drogas e de uma gravidez que culminou em aborto espontâneo da adolescente. Não faltam violências sofridas anteriores ao cometimento do ato infracional.

A segunda familiar com que conversamos é uma senhora bastante calma e amorosa. A técnica do psicossocial a apresentou como sendo uma familiar exemplar.

Sua neta já está para completar 21 anos e, portanto, sua liberação será compulsória. Ela foi apreendida alguns meses atrás por um B.O. que cometeu com 15 anos na época que morava com o pai. A avó conta que ela estava terminando o colégio e estava trabalhando na época que foi apreendida cinco anos depois do cometimento do ato infracional.

Em relação à visita disse que está presente todos os domingos e, quando não está na cidade, a tia da adolescente a visita. Permanece, por visita, de 2h a 3 horas com a neta. Fala que passa muito rápido, que não dá muito para conversar e que não pode levar nada para ela. Fala da disciplina que é muito diferente da que ela deu para a menina e cita algumas regras que não fazem sentido dentro da criação que sua neta teve, o que traz problemas para ela no dia a dia da medida.

Sobre a elaboração do PIA, ela não se lembra de ter participado. Conta que quase morreu quando a neta foi apreendida, que ficou muito mal, com pressão muito alta que, inclusive, perdeu a visão momentaneamente. Diz que agora só está mais calma, pois sabe que a filha em breve sairá por fazer 21 anos.

Sobre o que levou a adolescente a cometer ato infracional, disse que foi um período que ela morou com o pai, mas que consta no processo que ela pegou em arma e ela diz que nunca tocou em arma nenhuma. Conta que, na verdade, não sabe por que a neta está lá.

Segue dizendo que quando ela sair, a família quer levar ela para Curitiba que é onde a senhora faz tratamento. Acredita ser melhor por ser uma cidade mais tranquila e que a neta concordou.



Conta que o pai nunca a visitou por conta da revista vexatória, mas que as tias e ela própria vêm sempre. Disse que precisa tirar toda a roupa e agachar algumas vezes, abrir a boca e erguer a língua. Contudo, fala que a comida é boa e que ela tem passado por atendimento ginecológico, tem assistência médica e que, até o pouco que sabe, não está ruim ali dentro.

Se, por um lado, em São Paulo, nada pode ser levado na visita, podendo ser compreendido, à primeira vista, que o estado supre a necessidade de vestimenta, higiene pessoal e alimentação das meninas (o que, numa análise mais atenta, considerando a conversa com os outros entrevistados, nota-se que não é bem assim), assim como aponta para o zelo pela segurança alimentar das adolescentes

As adolescentes

Trinta e seis adolescentes participaram de três (3) Grupos Focais realizados nas duas CASAs. Na CASA Chiquinha Gonzaga foram aconteceram dois grupos, dada a divisão entre as meninas no Centro. Cada grupo contou com a participação de 12 meninas. Na CASA Parada de Taipas houve apenas um grupo com 12 meninas.

A maioria das adolescentes (74,14%) é originária de outras cidades, seguindo a tendência das demais capitais, 13,79% são da capital, percentuais que seguem o mesmo padrão das demais capitais e 12,07 não responderam sobre a cidade onde residiam antes da internação.

Grande parte do quantitativo das meninas (86,21%) estavam pela primeira vez cumprindo medida naquele Centro e o restante, duas ou mais vezes.

Mais de 1/3 (um terço) das meninas (36,21%) fica na internação entre 10 meses e 1 (um) ano, seguido daquelas que permanece até cinco (5) meses, entre seis (6) e nove meses (9) que corresponde a 18,97% e há mais de 1 ano, 18,97%.

Quando perguntadas sobre como se identificavam quanto à identidade de gênero, 91,38% das meninas responderam que com o sexo biológico, 6,90% como trans e o restante não respondeu à questão.

A média de idade das adolescentes participantes da pesquisa é maior do que os 17 anos, com destaque para meninas acima disto, que estão na CASA Parada de Taipas, para onde são encaminhadas as meninas reincidentes.

As meninas que se autodeclararam pardas (32,76%) e pretas (39,66%) eram a maioria das participantes do Grupo Focal nas CASAs em São Paulo, seguidas por quase 1/3 (um terço) de brancas (27,59%).

Sobre a situação conjugal, 79,31% responderam que são solteiras.

Em relação à maternidade, 10,34% delas já são mães, contra 75,86% que não são.



Quanto ao grau de escolarização, São Paulo foi a única cidade onde uma das participantes do Grupo Focal declarou ter curso superior incompleto (3,45%). Em seguida aparecem com 43,10% as meninas que possuem o ensino médio incompleto, 20,69% com fundamental incompleto, 18,97% com fundamental completo e 1,72% com ensino médio completo. Também foi a única cidade onde 10,34% das meninas não preencheram esta resposta e 1,72% nunca frequentou a escola.

Os diálogos com as meninas em São Paulo foram todos acompanhados por representantes da equipe técnica e dos agentes socioeducativos, além da representante da gestão estadual.

Em que pese a quantidade de pessoas das equipes observando a atividade, isto impactou o início da conversa com as meninas, mas depois transcorreu mais livremente, em especial quando se abordou as necessidades específicas das meninas, relacionadas ao ciclo menstrual ou à higiene íntima. Assim tratou-se de insuficiência ou existência de absorventes, xampu, creme, sabonete, pastas de dente, calcinha, soutien, cólica, acesso à atendimento médico, acesso à remédio. Do uso e da racionalização disto nas CASAs.

Por exemplo, na CASA Chiquinha Gonzaga a distribuição dos produtos de higiene é usada como forma de controle do comportamento das adolescentes, num sistema de bom comportamento e recompensa. Elas recebem mais produtos em termos de variação e/ou quantidades e até mesmo passando mudando de alojamento a partir de seu comportamento na CASA.

As meninas falaram sobre muitos assuntos, como se pode ver com mais detalhes no relatório específico sobre o assunto, citado anteriormente.

Algumas de suas percepções estarão mescladas às demais no texto a seguir.



2. PERCEPÇÕES DAS/OS ENTREVISTADAS/OS SOBRE A GESTÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVA

Prioridades da gestão no sistema socioeducativo

Segundo o Presidente da Fundação CASA as prioridades desta gestão são voltadas para melhorar o que já está funcionando, o clima da organização, o ambiente de trabalho.

Dar mais atenção aos funcionários, com mais capacitações e com medidas que reduzam os casos de assédio e absenteísmo.

Na ocasião da pesquisa estava sendo feito um trabalho para se compreender o quadro de funcionários, as agressões e violências sexuais e morais entre funcionários e os hierarquicamente subordinados.

Também estão sendo tomadas medidas em relação ao atendimento sociopedagógico no sentido de melhorar o atendimento às adolescentes. A rede de ensino formal é bastante qualificada. Falta então a gente identificar novas práticas alinhadas com a rede da secretaria de educação, inovações, para que possamos avançar.

Principais desafios no sistema socioeducativo de internação nos últimos cinco anos

É difícil estudar a dinâmica do voo com o pássaro preso. É um desafio se pensar socioeducação, a inserção social na privação de liberdade. Ainda assim foi possível estabelecer um bom fluxo de trabalho, de relacionamento, com respeito, pela não violência.

Falta o olhar individualizado, o adolescente ainda não tem espaço de voz. É importante trabalhar para criar espaços de escuta protegidos em que os e as adolescentes não sintam que estão sendo avaliados.

Ainda é um desafio cultural entender que a medida socioeducativa, além de pedagógica é de responsabilização e não punição. No contexto político atual, houve um recrudescimento sobre a punição e reflete como sendo mais difícil a compreensão da individualidade na medida de internação. Quase um retorno ao Código de Menores.

Falta também organização de política pública para o pós medida. Trabalhar o desenvolvimento da autonomia.

O conteúdo pedagógico ainda não avançou para o gênero feminino. Faz parte do protocolo de atendimento inicial das meninas (CASA Ruth Pistori) falar sobre ISTs, corpo, cuidado pessoal, auto teste de sífilis para quem quer fazer, por exemplo. Mas ainda não foi incorporado nos centros de internação de maneira programática, que faça parte do PIA. Não pode ser padronizado, tem que ser diferenciado e atento para visar a igualdade no mercado de trabalho e a igualdade social.



Fazer cumprir o SINASE, a exemplo do artigo 49 inciso 2 que trata do direito do adolescente cujo ato infracional praticado ocorreu sem violência ou grave ameaça cumprir a internação próximo de casa ou, se não houver, cumprir medida em meio aberto. Isso nunca é cumprido e tem um impacto grande sobre as meninas já que a maioria vem do interior em grande parte: elas são tiradas de duas cidades.

A convivência familiar é rompida com a internação: as visitas não são favorecidas, a revista vexatória, os horários mais limitados. É pouco valorizado o vínculo familiar, algo que vai totalmente contra a legislação.

Melhoria das oficinas culturais, trazer cursos profissionalizantes e não de educação profissional, novas opções de cursos em especial para os centros de múltiplas passagens.

Principais avanços no sistema socioeducativo de internação nos últimos 5 anos

Todos os participantes da pesquisa observaram algum avanço em diversos campos relacionados ao atendimento aos/às adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional nos últimos anos. Este marco temporal levou em consideração o período que se seguiu à aprovação da Lei do SINASE, como se pode conferir nos pontos destacados em seguida:

É possível ter mais acesso aos dados, acesso aos funcionários. No Sistema de Garantia de Direitos em geral.

O trabalho em rede, embora não perfeito, é mais efetivo.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) estão mais bem estruturados e consolidados o que facilita todo o processo de atendimento socioeducativo.

A acolhida das discussões sobre as questões de gênero: tanto os e as transgêneros como em relação a homo afetividade no sistema. O próprio regimento interno da Fundação CASA irá incorporar estas demandas.

O CASA mudou muito de 2015 para 2019. Conseguimos diminuir as ocorrências e intervenções. Melhorar o nível de respeito entre os funcionários e adolescentes, entre as próprias adolescentes, foi bastante trabalhoso, mas houve êxito.

O grande avanço foi a descentralização e a redução da quantidade de adolescentes nos centros, o que facilita o trabalho socioeducativo.

Qualificação do trabalho dos servidores, a compreensão de que não há sobreposição entre as equipes. O judiciário tem um papel forte na conscientização de que os agentes da segurança e da pedagogia também são equipe de referência e estão no mesmo nível hierárquico do que os demais.

Mudanças trazidas pelo Plano Estadual de atendimento Socioeducativo para a gestão do socioeducativo

Os funcionários mais antigos analisam que a Fundação CASA mudou muito nos últimos anos.

Destacaram que as visitas regulares dos órgãos de fiscalização – Ministério Público, Defensoria e Judiciário - contribuíram muito para a Fundação ser o que é hoje. “Na FEBEM quem mandava era a segurança, era um barco a deriva, não existia outros setores, pedagógico, psicossocial, nada. (Equipe de gestão da CASA Parada de Taipas).



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – SÃO PAULO/SP

O próprio Plano já é um avanço por ser fomentador de política pública, por exemplo em relação à abordagem sobre a diversidade de gênero. (Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude)

O Plano Estadual exerce influência sobre a elaboração dos instrumentos usados no atendimento. As diretrizes orientam a formulação dos projetos político pedagógicos da Fundação CASA pois as metas vêm do Plano. Do mesmo modo, o Regimento Interno da Fundação CASA está mudando por conta do Plano Decenal Estadual. Por ocasião da pesquisa o Regimento Interno da internação estava em discussão. O Regimento interno é da Fundação CASA. O PPP que é de cada centro.



3. PERFIL DAS ADOLESCENTES DO CENTRO/UNIDADE SOCIOEDUCATIVO

Sobre o perfil das adolescentes atendidas até o mês da entrevista (julho de 2019), dados estatísticos disponibilizados pela equipe da gestão estadual - cuja fonte é o SIMOVA, sistema de dados da Fundação CASA -, revelam os seguintes aspectos: 46,2% das adolescentes são do interior, 5,8% do litoral, 1,9% são de outros estados, 1% não possui residência fixa, 26,9% são oriundas da região metropolitana e 18,2% da capital. A grande maioria com idade entre 15 e 18 anos; 48,1% respondem por tráfico de drogas, 31,7% por roubo e roubo qualificado e 11,5% por homicídio doloso e culposos.

A perspectiva de todos os participantes sobre o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas no socioeducativo, realça aspectos que mostram mais as suas fragilidades ou de suas condições de vida e pouco de suas potencialidades e do seu lugar nas relações sociais.

As narrativas dão conta de que as meninas que passam pelos CASA são pobres, vivem em moradia em condições de muita vulnerabilidade, são vítimas de violências das mais diversas formas, são predominantemente negras, muitas oriundas do interior. “Tem casos de meninas que não tem acesso a nada, ao básico do básico”. Mesmo as que moram no interior estão em regiões periféricas ou muito isoladas, quase rural.

Ponto positivo é que elas têm menos defasagem escolar que os meninos. Em Parada de Taipas por exemplo havia 22 meninas no Ensino Médio, quase 50% do contingente.

A organização familiar é um destaque nas falas, e chama atenção as referências sobre os modelos monoparentais onde, no caso, a mulher é a responsável sozinha pelos demais membros, que “não conta com o efetivo suporte da figura masculina; a maioria das famílias só a mãe se faz presente”.

Sobre as violências sofridas pelas meninas, há relatos sobre histórico de abuso sexual cometido por membros da família, violências físicas verbais, materiais. “Inclusive muitas se envolvem com o tráfico para garantir o sustento, inclusive da família e acabam chefiando suas casas com o dinheiro do ilícito”.

Ponto importante enfatizado pela defensoria pública é sobre a característica das violações sexuais a que as meninas estiveram expostas, como a prostituição e os relacionamentos afetivos/amorosos relacionados com o ato infracional. “Todas as meninas que estão aqui tiveram, em algum momento do seu desenvolvimento, exposição a violências sexuais, não necessariamente estupro, embora muitas sim. (equipe técnica de Parada de Taipas)”. Boa parte dos entrevistados realçou que isto é bem mais raro com os meninos.

Para representantes da equipe técnica e da defensoria pública, o abandono da menina por parte da família é bem visível, em comparação a atenção dada aos meninos:

É notável que a família, inclusive durante a medida, dá menos suporte do que a eles, mesmo tendo em vista que atendemos um número grande de comarcas: 60% das



meninas são do litoral e interior, o que contribui para que não haja presença tão grande da família acompanhando. É perceptível a diferença que é gritante, as meninas parece que são deixadas em segundo plano, diferente dos meninos que as visitas são regulares. Com as meninas isso não acontece. (equipe técnica)

Não tenho dados estatísticos, mas tenho a percepção que elas venham menos acompanhadas proporcionalmente nas audiências do que os meninos por suas famílias e, quando estão acompanhadas, é raro falarem bem da adolescente, por exemplo, diferente dos meninos. Elas se expressam melhor na audiência, entendem mais o que está acontecendo. (Defensoria Pública)

Importante levar em conta que as meninas vivenciam relações conjugais mais cedo do que os meninos e, em Parada de Taipas, onde estão as adolescentes e jovens mais velhas e com diversas reincidências, grande parte delas já tinha uma vida conjugal.

Uma vez que a menina sai do núcleo familiar e vai viver com o namorado, ela perde o vínculo com a família de origem, mesmo sendo menor de idade. A idade dos companheiros varia, mas no geral são bem mais velhos. Se a menina tem 16, 17 anos, ele tem 26, 28 anos” (equipe técnica de Parada e Taipas).

Este abandono se reflete nas visitas dos responsáveis e familiares. Segundo a direção da CASA Parada de Taipa, a média de visitas aos finais de semana gira em torno de 7 a 10. O Centro é para meninas reincidentes, mas à época existiam meninas em primeira internação (entre 10 a 15 meninas), seja em razão da proximidade do local de origem como pela pouca quantidade de CASAs no estado de SP. Além desses aspectos, em Parada de Taipas havia cerca de 17 meninas que viviam nas ruas ou em abrigos (acolhimento).

Três tipos de atos infracionais mais cometidos nos últimos seis meses

Atos relacionados ao tráfico de entorpecentes, furto, e roubo são os três tipos de ato infracional mais frequentes praticados pelas adolescentes, seguidos de receptação de veículos e homicídios.

Segundo a Defensoria Pública, “o tráfico de drogas tem sido usado como estratégia de controle social. A palavra do policial e até do GCM, que não tem esta função, é dada como verdade. então qualquer coisa que você precisa aniquilar, usa-se esta estratégia”.

Diferenças e proximidades entre as meninas e os meninos em relação ao ato infracional

A autoridade policial entrevistada, relatou que durante a apreensão das meninas, procura-se respeitar o que o código de processo penal regulamenta.

Ou seja, é uma policial mulher quem faz a revista na mulher, exceto se não tiver outro meio. Neste caso, o policial homem faz uma revista menos minuciosa. A regra é que uma policial mulher faça a abordagem, a condução à delegacia e depois ao presídio ou ao fórum. Mas quando não tem policial mulher, o policial homem é quem faz. Destaca que atualmente existem muitas policiais mulheres é quase não acontece de um homem fazer a revista.

Além disso, as meninas são colocadas em celas separadas das dos meninos, tanto as mulheres como as meninas. E, “em respeito a dignidade” procura-se ofertar algum cuidado especial, caso a adolescente esteja em período menstrual ou amamentando.



Contudo, a autoridade policial representada na pesquisa é uma entre cerca de 150 delegacias de polícia existentes no estado à época. E há relatos das meninas para a Defensoria Pública de violência cometida por policiais durante a apreensão, na mesma intensidade que com os meninos.

Ao refletir sobre a aplicação das medidas socioeducativas, de acordo com a percepção de representantes do sistema de justiça, em especial a Defensoria e o Ministério Público, em comparação aos meninos, as meninas são internadas, várias vezes, por motivos menos graves, o que pode estar relacionado a grande parte delas virem do interior com um poder judiciário sabidamente mais conservador. Grande parte das vezes por exemplo, por brigas entre elas (questões comportamentais).

Tenho a percepção que as meninas quando estão envolvidas com o tráfico são entendidas como casos mais graves do que os meninos. No interior é comum o primeiro tráfico virar internação. Na capital a lei é cumprida, mas já peguei casos de meninas, quando era o outro juiz, que mesmo aqui na capital internou meninas no primeiro tráfico.

Teve o caso de uma menina que foi apreendida com duas pedras de crack num cordão no pescoço. Claramente era um caso de uso abusivo de drogas e não tráfico. Ela ficou um tempão internada no Lacan, hospital psiquiátrico conveniado com o estado de SP, e foi sentenciada a medida de internação. Passou um tempo e o STF entendeu que a medida de internação não se aplicava e sugeriu a semiliberdade.

Um tema polêmico é a apreensão das meninas gestantes. A Defensoria Pública defende que recebam medidas em meio aberto, mas entende que esta não tem sido esta não é a mesma posição do judiciário.

Existia à época da pesquisa de campo, um Programa de Atendimento Materno Infantil (PAMi) no interior da CAS Chiquinha Gonzaga, muito bem equipado e com capacidade para 16 meninas, mas que estava quase vazio, acolhendo apenas duas meninas mães.

Em fevereiro de 2018, uma decisão do STF concedeu Habeas Corpus coletivo para que as presas em regime de prisão preventiva do país (gestantes ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda) passassem a ter direito ao benefício de substituí-la pela prisão domiciliar. Tal conversão é válida somente para crimes praticados sem violência ou grave ameaça e sem violação contra os próprios dependentes.

Porém na opinião dos entrevistados do sistema de justiça, a lógica menorista é a que orienta a internação de adolescentes grávidas, sob o argumento que no PAMi a menina e a criança estariam mais bem cuidadas, “porque a menina não tem capacidade de cuidar do bebê” e precisam aprender a serem mães.

Além disso é mais difícil conseguir a liberação das meninas do que das mulheres em tais condições:

Com as adultas as câmaras são pulverizadas, você pode dar a sorte de cair na câmara tal ou numa outra. Já com as meninas, é um órgão só e nossos Habeas Corpus tem quase nível zero de sucesso, pra conseguir algo tem que ir no mínimo pro Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e acaba demorando mais (Defensora Pública).



4. COTIDIANO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO

CASA Parada de Taipas

As meninas acordam cedo, por volta das 5:40h, as aulas começam às 7h, das 10h às 10:30h o intervalo, e a aula acaba às 12h20. Elas vão para o almoço e depois fazem a limpeza do próprio ambiente. À tarde acontecem os cursos de qualificação profissional e arte e cultura. Sextas à tarde tem os grupos de referência, atendimentos mais grupais ou qualquer outra atividade necessária. Das 19h às 20h as meninas tomam banho, às 20h tem o atendimento religioso e às 21h é o descanso das adolescentes.

CASA Chiquinha Gonzaga

As meninas acordam por volta das 5:30h, tomam banho, café da manhã e vão para a escola que começa às 7h e acaba às 12h40 no espaço 2 e nas atividades com os parceiros (qualificação profissional e arte e cultura) no espaço 1 que começa às 8h e acabam por volta das 12h. No período da tarde é o inverso: espaço 2 com ensino formal das 13h15 às 18h45 e o espaço 1 com os parceiros das 14h às 17:30h. Na parte da noite, depois do jantar, tem as atividades religiosas para aquelas que querem. Ou então atividades lúdicas (jogos, filmes, quadra) ministradas pelos agentes de apoio socioeducativo. Às segundas e quartas têm as atividades de arte e cultura e às terças e quintas qualificação profissional. Às sextas ficam livres para as atividades ministradas pela equipe psicossocial como grupos de discussão sobre drogadição, cidadania, direitos e deveres e os atendimentos de referência e intervenções. Os atendimentos técnicos ocorrem todos os dias nas brechas da agenda (para não atrapalhar as aulas e cursos das meninas).

A Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário monitoram o funcionamento dos Centros, por meio de visitas e entrevistas com as meninas.

Sim, fazemos inspeções bimestrais como juíza corregedora. Conversamos com as meninas e realizamos as visitas da estrutura física. Eu escolho as meninas que quero ouvir e/ou pergunto ao centro algum caso específico, como, por exemplo, um caso de medida protetora ou transgênero. (representante do judiciário)

Alguns pontos chamaram mais atenção nas narrativas e todas relacionadas à sexualidade das meninas: a visita íntima e a identidade de gênero.

Sobre a visita íntima, reforça-se o que já foi sinalizado anteriormente, ou seja, as meninas recebem poucas visitas. Institucionalizar a visita íntima na Fundação CASA parece ser bem complexo diante do que prevê a legislação, dada a existência de um percentual alto de meninas em situação de rua.

Sobre a questão da identidade de gênero, existem avanços: meninas trans atualmente ficam em centros femininos, embora gere outras discussões como elas terem que ficar separadas das demais. Sobre os meninos trans parece que só houve um caso e a entrevistada não tem opinião formada pois ir para um centro masculino pode ser perigoso, já que estaria vulnerável, mas também ficar no centro feminino soa incômodo.



Especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos

Quando se compara o cotidiano do atendimento às meninas e aos meninos as narrativas centram-se nos aspectos relacionados à sexualidade, à feminilidade, à maternidade:

A questão dos absorventes que às vezes faltam, a qualidade é ruim. As vezes querem livre demanda de absorvente, porém nem pode, pois acaba por camuflar alguma IST, por exemplo.

Curso de cabelereiro, de manicure só tem nos centros femininos. Elas gostam mais de jogar vôlei, os meninos futebol.

As meninas vieram cantar aqui em um evento e tiveram um dia de princesa; vieram com vestidos que um funcionário conseguiu para elas e elas usam em alguns eventos. Tem todo um cuidado e uma atenção para com as meninas.

A questão dos filhos, fazemos este monitoramento para fazer os pedidos relacionados com esta maternidade com base na Lei de Execução Penal (LEP) e acrescentamos o HC de 2018. E mesmo assim, temos casos que ainda não conseguimos a liberação. Parece que houve uma melhora significativa de casos de liberação depois do HC mas ainda assim, não são todos.

A pergunta direcionada ao gestor estadual do socioeducativo foi aletrada, no sentido de se compreender quais são as especificidades do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparada aos meninos pensando os orçamentos/ destinação de recursos, dada a sua responsabilidade na organização e gestão dos recursos.

O gestor afirmou ser necessário se fazer um estudo mais apurado para entender os gastos relacionados às meninas (contratos, pessoal empregado), para se ter uma noção mais precisa do custo efetivo considerando as reais necessidades das adolescentes e fazer as adequações. Mas em princípio, observou que não há um impacto significativo, dada a quantidade reduzida de meninas em comparação aos meninos no sistema. Cerca de 4%.

Destacou que o Programa de Atendimento Materno Infantil (PAMI) existente no CASA Chiquinha Gonzaga estava com o espaço ocioso devido ao Habeas Corpus Coletivo impetrado em 2018 que permitiu que as meninas grávidas cumprirem a medida em casa. Este fato sim, gerou um impacto no orçamento, mas no global, mesmo com as demandas específicas das meninas (shampoo, condicionador, absorvente, maior quantidade de papel higiênico), o valor do atendimento não difere muito, sendo a média de R\$ 11 mil reais por menino/menina por mês.

Porém a equipe técnica da CASA Parada de Taipas chamou atenção para a orientação recebida por parte da gestão estadual para cortar gastos, os quais, no caso do atendimento às meninas incide sobre o material de higiene (papel higiênico e absorventes) o que gerou bastante desconforto nos funcionários e nas próprias adolescentes, ambos têm claro entendimento de que é obrigação do Estado em fornecer este material. A solução encontrada foi deixar a gestão do material de higiene sob responsabilidade das próprias adolescentes.

Profissionais da equipe técnica da CASA Chiquinha Gonzaga que tiveram experiência de atendimento com meninos em privação de liberdade, afirmam que tudo é muito diferente.



Os meninos são muito mais resistentes ao vínculo com os servidores; as meninas são mais intensas: elas querem sim essa proximidade, elas se vinculam muito mais, que é o que a Fundação CASA quer, trabalhar essa questão do vínculo. Vínculo esse que parece causar uma confusão para as meninas, depois de um tempo começam a chamar de pai, vô, vó, o que a gente não quer que aconteça, elas grudam de um jeito... Elas não têm medo de demonstrar sentimento. Num centro masculino você não vai ver isso (...).

Diferenças comportamentais são acentuadas entre os meninos e as meninas, revelando que elas são mais sensíveis e se expressam com mais intensidade:

O outro lado é que elas são mais birrentas que os meninos, elas se ofendem com mais facilidade, entre elas se xingam, brigam, ao mesmo tempo que pedem desculpa. Não sei se é a questão hormonal, mas tudo pra elas é muito intenso, e por conta dessa intensidade, o número de intervenções acaba sendo maior. (equipe técnica da CASA Parada de Taipas)

A demanda por intervenção por parte das meninas é maior na área social e psicológica. As meninas acessam mais o CAPS, o Posto de Saúde e usam mais medicamentos controlados.

É o que mais me chama a atenção e até hoje é minha maior dificuldade é trabalhar com um público que não quer ir embora. Quando você tem um público que não quer ir embora, a probabilidade de ele dar problema é muito maior. Quando o conclusivo começa a ser feito, já começa a apresentar problema para ficar mais tempo. Por exemplo, tem uma menina que está aqui por tráfico (em oito meses já dava para encaminhar para o final a medida, a priori) e faltam dois meses para ela fechar 3 anos. Ela dizia que não se importava em passar três anos, porque dos três anos não passa.

Especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos

Na opinião de boa parte dos participantes das equipes dos centros com destaque para a perspectiva dos homens, “as meninas têm muitos atritos por razões com menor importância. Olhou demais, torceu a cara, é motivo para briga. É uma característica particular do feminino”.

O número de intervenções e a parte dialógica tem que ser uma constante.

Elas têm muitas demandas: cólica, dor de cabeça; os meninos raramente têm uma queixa. São muito queixosas por diversas ordens e de maneira recorrente.

Também são muito mais carentes. Foi atendida hoje, amanhã quer atendimento de novo. Se fala com uma e não fala com outra, fica com ciúmes. Tem que dar atenção pra todo mundo.

Os meninos não têm quase demanda de saúde, de atendimento. Com eles você precisa até estimular.

Em contrapartida, as meninas aderem muito mais as intervenções. Elas estão mais disponíveis para a psicoterapia, vinculam muito mais.



Consideração das diferenças de gênero, raça/cor, deficiência nas atividades desenvolvidas nas unidades de internação

De forma geral os entrevistados consideram que as diferenças de gênero, raça/cor e deficiência não são consideradas nas atividades desenvolvidas nas unidades de internação.

Houve entrevistado que considerou o fato de não existir diferenciação como uma forma de tratamento igualitário, sem discriminação. A diferença aqui foi entendida como discriminação e não como atenção especializada ou discriminação positiva à uma demanda, no sentido de redução das iniquidades.

Ademais, as próprias meninas reclamam que os cursos que elas fazem são os mesmos oferecidos para os meninos. A vestimenta é masculina e as roupas são velhas. Reclamam da quantidade de itens de higiene.

Buscamos fazer as atividades dando um tratamento igualitário à todas. Não existe alguma atividade que faça algum tipo de discussão. Esses temas são trabalhados, mas atividade específica não, não para um grupo especial. (equipe técnica da CASA Chiquinha Gonzaga)

Não. Elas são propostas como meta, vem de fora (os cursos); não é levada em consideração o gênero. (equipe técnica da CASA Parada de Taipas)

Na opinião do Presidente da Fundação CASA é preciso se levar em consideração as necessidades dos adolescentes com deficiência, ainda que sejam em menor quantidade.

Existência de parcerias no apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade feminina

Foram listadas diversas organizações parceiras da Fundação CASA, que desenvolvem atividades com as unidades de internação feminina, a saber: Ação Educativa, Projeto Guri, SENAC, SENAI, CENPEC Mundo Aflora, Femme.

Além disto a Defensoria Pública desenvolve atividades com as meninas, como foi feito na CASA Parada de Taipas sobre liberdade religiosa e outras por meio dos núcleos especializados. O judiciário abre o espaço do Fórum uma vez por mês, para apresentação cultural.

O Ministério Público por sua vez, destaca algumas parcerias com focos distintos de atuação: CEBRAP ou USP na área da pesquisa, Ação Educativa e CRP são parceiros de interlocução e diálogo com as adolescentes. Consideram também como relações de parceria os grupos de trabalhos que envolvem trabalhadores de outras instituições como a defensoria pública, o Tribunal de Justiça e Universidades, como por exemplo o GT existente para pensar especificamente as meninas nos centros de internação da Fundação CASA.

O Mundo Aflora foi citado por todos os entrevistados também pelas próprias adolescentes. Elas desenvolvem um trabalho de “conversa com as meninas, de projeto de vida, a parte vocacional e emprego, o dia da beleza, que é muito importante para as meninas”.

Sobre o dia da beleza o representante da equipe de gestão da CASA Chiquinha Gonzaga enfatiza a importância deste momento “para que elas se sintam bem, se sintam bem pelo fato de ser mulher”.



Atividades religiosas regulares dentro das Unidades

Segundo relatos o que prepondera entre as adolescentes é a vertente evangélica. As Casas André Luiz de vertente espírita, reúne entre 3 e 4 meninas só, das 50 internas. (equipe de gestão da CASA Parada de Taipas).

Na opinião da Defensoria Pública há uma supervalorização das atividades religiosas com um maior número de oferta de atividades, inclusive saídas externas provocadas pelas atividades religiosas. O que não acontece com outras dimensões da socioeducação, como a cultural por exemplo.

Me parece que tem uma presença maior das igrejas evangélicas, fizemos esta intervenção em Taipas justamente por ficarmos sabendo que uma adolescente ligada a uma religião de matriz africana estava sendo discriminada, pra tentar garantir a liberdade religiosa.

Representantes do Ministério Público considera este ponto delicado pois existe o cuidado de que algo que deveria servir como o exercício de um direito imponha-se como mais um mecanismo de controle. A predominância de uma vertente religiosa pode ser entendida como proselitismo religioso e esta possibilidade de dominação está sendo observada.

Os Centros são orientados pelo Judiciário a perguntarem sobre a crença da adolescente no Plano Individualizado de Atendimento (PIA) e viabilizar as formas pelas quais elas possam professar a sua fé. Busca-se assim garantir a liberdade religiosa “se não apenas as igrejas evangélicas estarão presentes”.

Membros da equipe técnica do CASA Parada de Taipas relataram que as igrejas evangélicas são as que mais estão presentes e as que tem mais aderência das adolescentes. Mas reconhecem que algumas adolescentes são adeptas de religiões de matrizes africanas, mas não é feito nenhum trabalho pelo centro para lidar com o racismo religioso que se revela a partir do preconceito em relação ao exercício desta crença nos centros.

A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania a qual a Fundação CASA é vinculada, abarca as ações de combate à intolerância religiosa e, segundo o seu secretário, também presidente da Fundação mantém um fórum inter-religioso com esta finalidade. Mas reconhece que as evangélicas, especialmente a Universal, são as que mais se aproximam.

Frequência de atendimento às adolescentes nos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, profissionalização e escolarização

A área da saúde é a mais comentada entre os entrevistados e por parte das meninas.

Ginecologia, obstetrícia e outras especialidades ocorrem conforme a demanda, mas o atendimento é garantido e as meninas conseguem ter mais acesso do que quando estão “lá fora”.

O Narcóticos Anônimos vai ao CASA Chiquinha Gonzaga quinzenalmente. Cabe a técnica identificar a demanda, mesmo nos casos de uso recreativo de drogas ilícitas.

Infelizmente, as medidas de segurança se sobrepõem ao direito ao atendimento nos serviços públicos segundo depoimento de representantes do judiciário, pois em razão do risco de fuga. Elas são



atendidas, porém, se tem risco de fuga precisa ser trabalhado isso com ela. Não pode ser qualquer menina para ir ao CAPS pois existe um grande risco de fuga: não pode ter nem escolta policial e nem entrar algemada no CAPS. É um acordo entre Fundação CASA, Tribunal de Justiça e Coordenadoria de Saúde mental do município.

Sobre programas para transtorno mental, representante do Ministério Público entrevistada apontou a interferência do judiciário e da defensoria no acesso a psicoterapia, por exemplo, fato que julga errado pois o órgão sempre busca seguir a orientação da equipe técnica psicossocial que cuida da adolescente em questão. As meninas não ficam sem atendimento deste tipo por conta da medicação, ressaltando que elas tem sido menos medicalizadas se comparado com o que era. Este comentário teve por base as discussões relacionadas a historicidade do controle por via medicamentosa imposto às mulheres arbitrariamente.

Ainda em relação aos serviços de saúde, a Fundação CASA tem bastante dificuldade com fisioterapia, é algo que demora e faltam os encaminhamentos.

Assim como as adolescentes, representantes das equipes técnicas das duas CASAs entendem que os cursos profissionalizantes deveriam ser mais variados e de acordo com o que elas gostariam de aprender. Parece que isso é pouco trabalhado e muito mais encaixado nas vagas que são ofertadas.

Sobre a escola, a Fundação CASA oferece até o Ensino Médio. Alguns centros, como a Chiquinha, de maneira informal dá um respaldo de cursinho, oferece material, por exemplo. Mas a obrigatoriedade é apenas o EM e, inclusive, os juízes endossam isso.

Recomendação para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas

Foram sugeridas atividades diversas para as meninas que completam a intervenção socioeducativa, como por exemplo:

Mais atividades que envolvam o corpo e possam servir para descarregar esta energia que as meninas têm de sobra como por exemplo balanço, bola de pilates, tecido acrobático (equipe técnica do CASA Parada de Taipas)

Seria interessante, dentro da estrutura geral, ser obrigatório esta questão voltada a orientação de saúde, sendo um norteador. Por exemplo, os grupos de drogas e redução de danos deveriam fazer parte da construção. As técnicas desenvolvem, mas poderia ser mais institucionalizado: da mesma maneira que tem o ensino formal, ter atividades com esta diretriz. (equipe técnica do CASA Parada de Taipas)

Sobre os cursos profissionalizantes é importante montar um leque de opções para as meninas, passar a garantir o acesso a continuação dos estudos para as já concluintes do ensino médio, acesso a informações sobre as novas possibilidades. (Defensoria Pública)

Existência de programa de egressas

O acompanhamento de egressas é ofertado para as meninas que saem da Internação para cumprir a Liberdade Assistida, ou seja, quando a menina recebe uma progressão de medida, passando a ser da competência dos municípios o acompanhamento desta adolescente.



A extinção da medida acontece “nos casos em que tem uma estrutura familiar bem sólida ou as que tem mais de 18 anos. Nestes casos não é sugerida a LA por parte da equipe técnica. (equipe técnica da CASA Chiquinha Gonzaga).

Mas segundo representantes do judiciário e da direção do CASA Parada de Taipas, está em andamento a discussão sobre o acompanhamento das meninas que deixam de cumprir a medida. A ideia é fazer um projeto piloto de acompanhamento e mentoria de cinco meninas de cada CASA em parceria com o Instituto Mundo Aflora, uma das organização que desenvolve atividades socioeducativas com as meninas.

O responsável pela gestão estadual reforçou esta informação, ao afirmar que a Fundação estaria trabalhando um programa de Avaliação do Impacto Social para o acompanhamento pós medida.

Hoje esse trabalho é feito de forma incipiente, algumas organizações se preocupam com isso, inclusive igrejas, mas a nossa ideia é fazer um piloto aqui na capital com alguma entidade que será recrutada para fazer o acompanhamento e a gente ter uma visão melhor dessa situação. Muitas vezes o jovem fica lá, recebe uma atenção, se envolve com as medidas, mas quando sai de lá não tem pra onde ir, não tem respaldo familiar e volta ao local onde se envolveu com os atos infracionais. Esse é uma grande preocupação que possa ser atacada de uma forma organizada.

Realçou a importância das igrejas neste trabalho, mas que tudo isto estaria sendo analisado.

Existência de ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes

Desde 2016, prioritariamente às adolescentes reincidentes vão para o CASA Parada de Taipas, sendo que as primárias ficam no CASA Chiquinha Gonzaga. Segundo o diretor, deve ser feito um trabalho mais intensificado no acompanhamento da medida junto às poucas que voltam para o Chiquinha, para que não haja nova reincidência.

A direção deste CASA ressalta que por ser uma unidade de atendimento às reincidentes, os funcionários acabam conhecendo mais as meninas, então tem uma forma diferente de se trabalhar até pelo vínculo.

Exatamente por este vínculo que se cria, é importante acompanhar o funcionário quando alguma menina reincide, pela frustração e sentimento de impotência que isto lhe causa.



5. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

O PIA é desenvolvido para todas as adolescentes em ambas as CASAs e leva entre 30 e 45 dias para ficar pronto.

A promotoria entende o PIA como um documento técnico, um instrumento do SINASE. Neste sentido, juridicamente ele contempla indicadores importantes que permitem conhecer a adolescente e avaliar o seu desenvolvimento durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Na sua opinião, um acréscimo interessante seria incluir, para o público feminino, ações voltadas para a superação do ciclo de traumas em específico os advindos de violência sexual. É frequente a informação de que as meninas sofrem violências sexuais anteriormente a medida, sendo que nem sempre elas têm consciência dos traumas advindos dessas experiências.

A falta de participação efetiva da adolescente e da família na construção do PIA foi levantada como um problema, haja vista ser este engajamento um dos princípios e pressupostos da sua eficácia.

Para a Defensoria Pública o PIA os relatórios de saúde são incompletos, não informando alguns elementos importantes para o conhecimento das meninas, tais como transtorno mental, uso abusivo de drogas, sofrimento psíquico, sono excessivo, doenças como problemas de pele como alergias. Tais aspectos aparecem mais nos relatórios do psicossocial, o que é um problema, pois estas questões repercutem muito na medida e precisam de um diagnóstico mais especializado e preciso.

O judiciário por sua vez considera que os relatórios técnico que acompanham o PIA não comunicam bem as ações do Centro e precisam dar mais informações sobre o desenvolvimento das meninas durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Assim, as sugestões para o seu aprimoramento envolvem maior atenção ao diagnóstico feito antes da sentença do juiz, com características *polidimensionais*, para apoiá-lo na aplicação da medida.

Outra observação diz respeito à objetivação das metas, que precisam estar mais claras, mais concretas. Além disto, para a Defensoria Pública, falta mais *feedback* sobre o que a equipe técnica avalia em relação à evolução das adolescentes durante a execução da medida, vez que na sua opinião elas sofrem sem ter esta noção. Este assunto também foi comentado pelas adolescentes em ambas as casas.

A Lei do SINASE é bastante detalhada neste tema, trazendo um capítulo inteiro sobre o Plano Individual de Atendimento. A sua aplicabilidade vai depender da organização interna do CASA: número de profissionais do centro, estrutura material, número de parceiros, preparo dos funcionários para os manejos necessários, mas também do compromisso de todos os demais envolvidos no seu cumprimento, meninas e familiares.

Nos CASAs seria importante maior qualificação dos profissionais para ser mais efetivo o trabalho. Capacitações voltadas a compreensão da legislação e política vigente.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – SÃO PAULO/SP

Segundo representante da direção do CASA Chiquinha Gonzaga, a unidade tem um número alto de profissionais antigos, já aposentados e idosos. Por um lado é positivo pela experiência, mas por outro, têm condutas muito enraizadas que nem sempre são produtoras. “A sociedade muda, o contexto social muda, o adolescente muda e o funcionário precisa acompanhar. Por isso a importância da reciclagem, das capacitações, da política de formação continuada por parte da instituição”.



6. PERCEPÇÕES SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO

O tema foi abordado a partir de diversos aspectos, mas a centralidade das narrativas se concentrou nas questões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual.

A Defensoria Pública destacou a mudança para o nome social nos casos em que as/os adolescentes assim o desejam e adotado para adequar o senso de identidade do sujeito àquilo que esse sujeito representa socialmente.

Embora não exista um protocolo padrão, quando os casos são identificados nos relatórios encaminhados pelos CASAs, o que “as vezes com demora pois os Centros confundem muito orientação sexual com identidade de gênero”, entram com uma solicitação de mudança do nome social além de realizar atendimentos para verificar qual outra ação se faz necessária de acordo com o que o/a adolescente quer.

As vezes atuamos no sentido de trocar o adolescente de Centro, como teve um caso de um menino trans que foi enviado pelo CASA Ruth Pistori (Atendimento inicial, provisório) a um centro masculino; entendemos que não era o caso e conseguimos com o judiciário que fosse enviado para um centro feminino. (Defensoria Pública)

No geral, o judiciário tem tido uma boa aceitação sobre o assunto, respeitando o nome social, mas até o ano de 2017 havia muita resistência para que as meninas trans fossem para os CASAs femininos. A defensoria pública tinha que “judicializar” para que isso acontecesse.

Atualmente a Fundação CASA promove uma maior articulação de saberes (encontros formativos) e procedimentos para dar conta desta demanda.

Quando é clara a existência de uma identidade feminina em meninos, é perguntando como que ele/ela se identifica e, se for como menina, vai para a CASA Ruth Pistori (internação provisória).

Contudo, houve relatos de que há dificuldades com o assunto por parte de corpo técnico e agentes de apoio socioeducativo, faltando-lhes diferenciar identidade sexual de orientação sexual e respeitar o direito das adolescentes ao nome social. As demais meninas as vezes também não aceitam as meninas trans.

Então isso implica em um tratamento diferenciado para pior, no caso, de maneira a ser segregado. Esta segregação é justificada também por questões de segurança, para que as meninas trans não se relacionem sexualmente com as não trans.

As meninas trans convivem no módulo mas usam outro banheiro e tem que ser assim. A menina trans que está aqui tem muito forte os caracteres masculinos, ela



está titubeante sobre a terapia hormonal que ainda não começou. E ela tem se interessado por outras meninas mas tem o risco do engravidar e nós somos os responsáveis. Não sei o que seria pior, uma menina engravidar do funcionário ou de outra menina. Mas hoje ninguém mais chama como Marcelo, antes chamava. Nos registros da Fundação CASA ainda consta Marcelo. (equipe técnica CASA Parada de Taipas)

Sobre esta questão da sexualidade há entendimento comum entre os participantes da pesquisa, de que as meninas estão numa fase peculiar do desenvolvimento, de descoberta de si, inclusive, em alguns casos não têm bem definida a sua identidade ou orientação sexual o que parece ser bem fluído.

Por exemplo as técnicas trazem que elas querem ser tratadas pelo nome social, mas se reportam a si mesmas como o nome de registro; é muito oscilante e é peculiar dessa fase. Tanto é que ninguém fecha diagnóstico psiquiátrico nessa etapa da vida, por ser uma fase de experimentação. (equipe técnica da CASA Chiquinha Gonzaga).

Realçam que em alguns casos a identidade e a orientação sexual são bem claras, outros não. Parece ser algo momentâneo pelo contexto da privação e as técnicas chamam atenção que é comum ouvir casos em que ela se denominava homossexual durante a execução da medida socioeducativa e depois casou e teve filhos.

A equipe entende a importância de se trabalhar esses assuntos no contexto do atendimento psicossocial, realçando as implicações dos relacionamentos entre elas na rotina da CASA, dada a intensidade com que vivem, sofrem e se como se manifestam em relação aos sentimentos advindos dessas relações. A direção de Parada de Taipas destacou que 80% das ocorrências de indisciplina que acontecem têm como início o próprio relacionamento das meninas (ciúmes, atritos, brigas).

Na época da roda de conversa com a equipe da CASA Chiquinha Gonzaga, estava acontecendo um projeto de gênero que consistia numa articulação entre psicossocial e pedagógico. O projeto previa a realização de 6 (seis) encontros quinzenais, estruturados na temática de gênero. Havia outros paralelos sobre o tema da saúde, prevenção e, sexualidade.

Observa-se no entanto uma tentativa de controle da sexualidade das meninas e de adequação à uma feminilidade esperada em razão do seu sexo. A equipe da CASA Chiquinha Gonzaga assume que “essa questão é ainda um desconforto” e, sendo assim os contatos sexuais são proibidos no Centro. E pelos exemplos dados e medidas adotadas, parece que é um constrangimento para todos, equipe, adolescentes e famílias.

Conta-se uma situação em que uma menina aparentava ser “menininha” em casa e que no CASA Chiquinha Gonzaga começou a se relacionar com meninas, chegando a subtrair uma tesoura para cortar os cabelos, fato este que chocou sua família.

Falou-se também sobre um período em que as meninas eram muito masculinizadas e que iniciou um trabalho com um salão de beleza “para que elas se vissem de outro jeito”.

A regra da proibição do contato sexual é justificada pela existência de meninas muito novas (menos de 14 anos) o que poderia ser considerado estupro de vulnerável). Além disto há outras razões: por viverem em ambientes coletivos, devido ao grande número de meninas com ISTs, por se envolverem de maneira muito intensa o que acaba gerando conflitos. A maioria das ocorrências são por conta de



ciúmes e desfocam das atividades pedagógicas para namorar, ambos dificultadores do cumprimento da medida.

Apesar da dificuldade no trato com o tema procuram respeitar o nome social da ou do adolescente e manter o corte de cabelo curto “quando já vem assim da rua”.

Segundo o então Presidente da Fundação CASA, também Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, é preciso encarar as diversidades, inclusive passar para os adolescentes esse olhar que temos que ter, essa cultura de respeito à diversidade, cultura de paz. Salientou que a secretaria também trabalhava com políticas públicas para a comunidade LGBT, e que a visão em relação aos respeito aos seus direitos deve ser levada para dentro dos centros. Os novos profissionais que estariam integrando a gestão para cuidar do setor pedagógico e do setor técnico, foram encarregados de fazer uma revisão dos protocolos de encaminhamentos dessas questões relacionadas à diversidade.

Acréscimos sobre o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)

A importância de olhar para estas adolescentes de maneira mais acolhedora.

A maioria dos funcionários que trabalham neste Centro a noite são homens. Eu não gostaria de ter minha filha sendo monitorada por um homem nesta instituição. Claro que tem um limite no trabalho do funcionário homem, mas isso acaba gerando mais ocorrências, pois se acontece uma briga no banheiro, com as meninas peladas, ele não pode entrar para apartar, até para não caracterizar outra situação: ele precisa chamar a coordenadora ou outra colega para resolver. Neste período já pode ter crescido a situação, ter virado um boletim de ocorrência, as vezes vira CAD, sendo que tudo isso poderia ter sido evitado. (equipe de direção do CASA Parada de Taipas)

Acrescentaria a importância de pesquisas sobre a situação de saúde das adolescentes (mental e física). É muito importante levantar estes dados e trabalhar com eles pra termos mais informação pro diagnóstico da situação das meninas.

Melhorar o diagnóstico e a prevenção sobre as questões de saúde, especialmente voltado para ginecologia como as ISTs, antes da chegada ao centro.

Melhorar o fornecimento de material específico para as meninas em razão das necessidades femininas. Houve um período que ocorreu certa escassez de alguns materiais de higiene para as meninas, mas isto foi sanado. Contudo é importante o olhar para as questões do feminino.

Por exemplo, a instituição não fornece secador de cabelo, chapinha, maquiagem. Tem shampoo e condicionador mas não está vindo mais o creme de cabelo, o hidratante pro corpo. O vestuário para as meninas, uma época, vinha igual ao dos meninos. O pente é aquele fininho, que não ajuda muito. Os que têm nesse sentido são de parceiros ou dos próprios funcionários. (Equipe de Gestão do CASA Chiquinha Gonzaga)

Tem como meta instituir que a adolescente possa sair para trabalhar durante o cumprimento da medida de internação. (Equipe de Gestão do CASA Chiquinha Gonzaga)



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – SÃO PAULO/SP

Teve uma resolução recente do CONANDA que coloca como responsabilidade do órgão gestor socioeducativo do meio fechado garantir toda e qualquer demonstração de afeto, carinho e atividade sexual das meninas em meio fechado. Isso é muito complicado numa medida de internação porque o foco é outro. Não dá pra namorar lá dentro: o foco é a medida socioeducativa. Não tem como trabalhar com as meninas nessa demanda: é muito aguçado.



7. LISTA DE DOCUMENTOS LEVANTADOS NA CIDADE

- Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado.
- Projeto Político Pedagógico.
- Dados estatísticos sobre atendimento na Fundação CASA.



8. SISTEMATIZAÇÃO RESUMIDA DAS DIMENSÕES DA PESQUISA

DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
Percepção sobre a Gestão e política de atendimento socioeducativa	Existência de PASE Existência de Programa de Egressos	Adequação dos recursos às demandas das adolescentes, em contextos de contenção de custos, onde suas necessidades são secundarizadas.	Observar as demandas específicas das adolescentes no orçamento da Fundação, notadamente no que diz respeito a material de higiene íntima (absorvente).
Perfil das adolescentes do Centro/ Unidade socioeducativo.	Nome social é adotado e bem aceito pelo sistema de justiça.	Alcançar a aceitação e o respeito do nome social por parte de membros das equipes técnicas e dos agentes socioeducativos, como também das meninas. Lidar com as relações afetivo sexuais entre as adolescentes e suas implicações no contexto da privação de liberdade. Atendimento especializado às meninas marcadas por traumas, com particular atenção aos decorrentes de violência sexual.	Implementar o uso do nome social de adolescentes LGBTQs. Alterar os registros institucionais da adolescente para uso do nome social. Esclarecer por meio de atividades formativas, os direitos da adolescente que deseja mudar seu nome em razão de identidade sexual. Trabalhar com as meninas as situações que às levam aos relacionamentos afetivo sexuais agressivos e tóxicos.



DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
Cotidiano de atendimento na Unidade de Internação	Existência de parcerias institucionais formalizadas, para intervenção junto às meninas.	Compreender e saber lidar com as adolescentes em circunstâncias de privação de liberdade. Lidar com o sentimento de impotência e de frustração profissional quando as adolescentes reincidem e retornam para a CASA. Garantir o exercício da religiosidade das meninas adeptas das crenças de matrizes africanas e combater o racismo religioso no sistema.	Investir na formação dos funcionários. Ampliar a oferta de profissionalização para as meninas conforme a sua demanda.
Plano Individual de Atendimento (PIA)		A falta de participação efetiva da adolescente e da família na construção do PIA foi levantada como um problema, haja vista ser este engajamento um dos princípios e pressupostos da sua eficácia. os relatórios de saúde são incompletos, não informando alguns elementos importantes para o conhecimento das meninas, tais como transtorno mental, uso abusivo de drogas, sofrimento psíquico, sono excessivo, doenças como problemas de pele como alergias. Tais aspectos aparecem mais nos relatórios do psicossocial, o que é um problema, pois estas questões repercutem muito na medida e precisam de um diagnóstico mais especializado e preciso.	Incluir no PIA ações voltadas para a superação do ciclo de traumas vivenciados pelas adolescentes, em especial os advindos de violência sexual. Maior atenção ao diagnóstico feito antes da sentença do juiz, com características polidimensionais, para apoiá-lo na aplicação da medida. Nos CASAs seria importante maior qualificação dos profissionais para ser mais efetivo o trabalho. Capacitações voltadas a compreensão da legislação e política vigente, ao manejo adequado.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – SÃO PAULO/SP

		Os relatórios técnico que acompanham o PIA não comunicam bem as ações do Centro e precisam dar mais informações sobre o desenvolvimento das meninas durante o cumprimento da medida socioeducativa. Metas precisam estar mais claras no PIA. Relatórios de acompanhamento do PIA precisam ser aprimorados no sentido de oferecer mais <i>feedback</i> sobre o que a equipe técnica avalia em relação à evolução das adolescentes durante a execução da medida.	
Percepções sobre a identidade de gênero e sexualidade no sistema socioeducativo de internação	É respeitada a revista feita por policiais femininas junto às adolescentes, quando do momento da apreensão. É respeitado o uso do nome social pela autoridade policial. São observadas especificidades femininas e direcionada atenção especial às meninas gestantes e que estejam menstruadas, durante a apreensão. Os novos profissionais que estariam integrando a gestão para cuidar do setor pedagógico e do setor técnico estavam encarregados de fazer uma revisão dos protocolos de encaminhamentos dessas questões das questões relacionadas à diversidade	Não existe Delegacia Especializada de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Capital, responsável pelos casos de ato infracional. É preciso encarar as diversidades, inclusive passar para os adolescentes esse olhar que temos que ter, essa cultura de respeito à diversidade, cultura de paz.	Criar a Delegacia Especializada ou treinar os policiais sobre as especificidades do direitos do adolescente quando suspeito da prática de ato infracional. Desenvolver atividades de diálogo e formação sobre o tema da identidade de gênero e da sexualidade, junto a todos os que operam o SINASE.



Análise da execução das medidas em privação de liberdade

Relatório por cidades – São Paulo

A missão do IBAM é promover – com base na ética, transparência e independência partidária – o desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e a valorização da cidadania.